



Você está recebendo o novo Boletim Digital semanal da FENATTEL, que também irá circular com edições extras de acordo com a dinâmica do movimento sindical dos trabalhadores em Telecom.

As Incertezas da Conjuntura Nacional

A economia brasileira, desde 2002, foi beneficiada pela expansão do comércio mundial. Com o passar dos anos, o governo brasileiro conseguiu manter a economia aquecida, gerar empregos e ampliar a inclusão social.

Os reflexos da crise econômica internacional, aos poucos, foram sentidos no Brasil. Como a economia global ainda sofre com vestígios da crise iniciada em 2008, o Brasil assistiu à queda nas receitas de exportações em 2014. Muitos países, como é o caso da China, reduziram suas importações, o que acabou afetando ao longo dos anos a exportação brasileira.*

No ano de 2014 houve a combinação de empenho do Estado em estimular a economia, de um lado, com a retração do setor privado, de outro. Isso trouxe como consequência uma economia estagnada e crescimento do déficit público.

Ainda neste cenário, adicione, ao segundo semestre do ano, uma campanha eleitoral muito acirrada. Os resultados agradaram a alguns e enfureceram a outros, com a presidente reeleita e um Congresso de perfil conservador, o que configurou em um cenário político de intensa disputa.

No âmbito parlamentar, o governo enfrentou e continua enfrentando dificuldades em formar uma base que garanta a governabilidade, encarando diversas renegociações. Este aspecto amplia a insegurança e a sensação de falta de direção e coerência nas medidas econômicas adotadas.

A marca que define a conjuntura brasileira atual é uma economia em recessão, com aumento da inflação e disputa política constante. Essa disputa tem como centro o controle do Estado e das decisões do país.

O cenário de manifestações, contra e pró governo, o esforço veemente de forças políticas contrárias ao mandato

da presidente pelo impeachment e todo esse momento político nebuloso ampliam as incertezas sobre a trajetória econômica.

Com tantas inseguranças, os agentes econômicos passam a não investir no país e, o que é pior, se preservam em posições conservadoras, na defesa dos seus recursos.

O Brasil sente, duramente, os reflexos da crise econômica internacional e ao momento de crise política. O que se viu, em 2015, foi o aumento da taxa de desemprego. Das cidades pesquisadas pelo DIEESE, a taxa de desemprego de seis regiões metropolitanas alcançou 6,9% em dezembro, em comparação com 4,3% em dezembro de 2014. A Região Metropolitana de São Paulo, por exemplo, chegou a 13,9% em dezembro de 2015, em comparação com 9,9% um ano antes.

O Caged apontou a perda de 1,5 milhão de postos de trabalho com carteira assinada. Em números absolutos, a indústria de transformação foi o setor de atividade que mais eliminou postos. Em termos relativos, a construção civil lidera a perda de empregos.

De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) o PIB teve retração de 3,8% em 2015 na comparação com o ano anterior e os investimentos reduziram-se em 14,1%. O IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) apresentou alta de 10,67% em 2015 (com 6,41% no ano anterior) e o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), que capta a inflação de famílias de renda menor, variou 11,28% (contra 6,23% em 2014).

Na tentativa de gastar menos do que arrecada, o Governo federal anunciou o ajuste fiscal. Este ajuste já gerou muitas polêmicas, pois, como o anunciado no início de 2015, restringiu direitos sociais, como é o caso da redução do valor da pensão por morte.



A recessão econômica e a busca de ajuste fiscal colocaram a reforma da Previdência na pauta, e o mesmo poderá ocorrer com outras questões trabalhistas. O movimento sindical precisa estar atento aos projetos que estão em votação no Congresso. Como é o caso do PLC 30/2015, que libera amplamente a terceirização; o PLS 131/2015, que elimina a obrigatoriedade de a Petrobras ser a operadora única dos campos de petróleo da camada de pré-sal; a PEC 43/2015 que estabelece a autonomia do Banco Central, entre muitas outras que tem por objetivo dificultar o crescimento e o emprego.

Compromisso pelo Desenvolvimento

Uma esperança para o futuro são as negociações e a construção do Compromisso pelo Desenvolvimento, com participação de entidades sindicais de trabalhadores e de associações empresariais, interessadas em avançar nas discussões contra a recessão e pela retomada do crescimento do país.

Segundo o DIEESE, “a recessão em si e as análises e projeções sobre ela, muitas vezes, servem de alavanca para promoção de mudanças que interessam a grupos socioeconômicos específicos” e caberá “ao movimento sindical procurar construir alianças e ganhar impulso para garantir uma rota de desenvolvimento com distribuição de renda e condições dignas de vida e trabalho para a população brasileira”.

*A análise completa da conjuntura nacional está disponível no site do DIEESE.